

Distância entre cotistas e demais cai ao fim do curso

Diferença entre nota de cotistas e demais estudantes na USP cai ao longo do curso

Pesquisa inédita revela que resultados acadêmicos dos grupos diferem, no máximo, 1,2 ponto

Laura Mattos

SÃO PAULO Na formatura da primeira turma da Universidade de São Paulo desde a implementação da política de cotas para estudantes de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas (PPI), uma pesquisa inédita obtida com exclusividade pela Folha revela que o desempenho dos cotistas foi pouco inferior ao dos demais alunos e melhorou progressivamente ao longo do curso, tornando a distância entre as notas cada vez menor. O estudo acompanhou por quatro anos as notas dos cerca de 1 mil ingressantes da capital paulista de 2018, quando começou o programa de cotas. Parte desses estudantes, aqueles das faculdades de quatro anos de duração, graduaram-se no início de 2022, em razão do atraso da pandemia, e estão recebendo agora o diploma.

De acordo com a pesquisa sobre o desempenho desses alunos, mesmo nas faculdades mais concorridas, a distância máxima entre os oriundos de escolas públicas e os de particulares foi de 1,2 ponto na mediana das notas de 2018. A mediana é a nota central de cada grupo — 50% dos alunos estão acima dessa marca e os outros 50%, abaixo.

Essa diferença de 1,2 ponto se deu no 1º semestre de 2018. Já no 2º semestre de 2019, ou seja, no último boletim pré-pandemia, a distância havia sido reduzida para menos de um ponto, 0,9 na média. No fim de 2021, após quase dois anos de aulas online, foi de 0,7.

No início do programa de cotas da USP em 2018, foram reservadas 37% das vagas de cada uma das unidades, que normalmente oferecem mais de um curso. A inclusão se ampliou de forma gradual, anualmente, e atingiu a meta final em 2021, quando 50% de cada curso e turno foram reservados para alunos de escolas públicas e, dentro desse conjunto, 37,5% destinados a pretos, pardos e indígenas — a porcentagem de 37,5% equivale à proporção dessa população no estado de São Paulo, mas, como é aplicada na cota de 50%, ficam garantidas para alunos PPI 18,75% de todas as vagas da USP.

A pesquisa sobre o desempenho dos alunos foi realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole, ligado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e sediada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Intitulada Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro, é divulgada em um momento especialmente acalorado do debate.

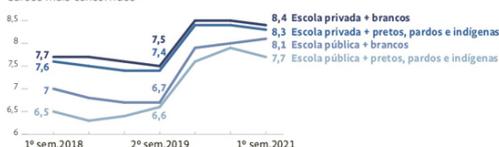
Neste ano, está prevista a revisão da lei 12.711, que estabeleceu a reserva de 50% das vagas de universidades federais para quem fez o ensino médio em uma escola pública, além de determinar cotas para alunos PPI proporcionais à população de cada estado. A legislação, na qual a USP baseia sua política de inclusão, estipulou que as cotas deveriam ser rediscutidas em um prazo de dez anos, que se encerrou em agosto.

O estudo partiu do banco de dados de estudantes, e os dividiu em quatro grupos, considerando onde fizeram a educação básica e a autodeclaração racial: PPI de escola pública; PPI de escola privada; brancos de escola pública; brancos de escola privada. Esses últimos dois grupos, de escolas particulares, não são beneficiados por cotas, sejam os alunos brancos ou PPI. Além disso, a pesquisa analisou separadamente os cursos que têm o vestibular mais concorrido (mediana da nota final na Fuvest superior a 600; como medicina e direito) e os menos concorridos (abaixo de 600, como letras e geografia). Nos mais concorridos, a distância de notas entre cada grupo é um pouco maior do que nos menos concorridos, mas, em ambos, diminui ao longo do curso. Do mesmo modo, nos dois casos, o melhor desempenho é dos alunos brancos de colégios particulares, e o pior, dos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas. Essa desigualdade se verifica desde o vestibular até o final de quatro anos de graduação, ainda que se reduza. A diferença da qualidade de ensino da educação básica na rede pública e na privada, como se sabe, já se evidencia na Fuvest. Registrem-se os resultados do vestibular 2018, quando tiveram início a política de cotas na USP e o estudo de desempenho. A melhor mediana foi a de brancos/escola privada (660,4), seguida de PPI privada (537). As mais baixas são de escolas públicas, sendo 464 de brancos e 424,9 de PPI. Essa diferença se reflete na graduação, especialmente no

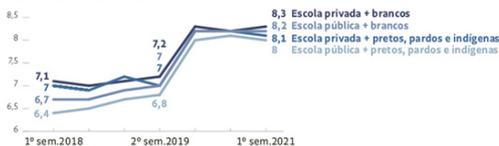
Desempenho de alunos de escolas públicas e particulares na USP*

Distância de notas se reduz ao longo da graduação**

Cursos mais concorridos***



Cursos menos concorridos***



*Mediana das notas dos ingressantes da USP na capital paulista em 2018, quando teve início o programa de cotas da USP
**Dados dos anos de pandemia devem ser lidos com cautela: é difícil para entender efeitos de ensino remoto
***Cursos mais concorridos são aqueles com mediana da nota final na Fuvest acima de 600 pontos; os menos concorridos, abaixo de 600. Fonte: Pesquisa Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro, do Centro de Estudos da Metrópole, da USP

grupo é um pouco maior do que nos menos concorridos, mas, em ambos, diminui ao longo do curso. Do mesmo modo, nos dois casos, o melhor desempenho é dos alunos brancos de colégios particulares, e o pior, dos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas. Essa desigualdade se verifica desde o vestibular até o final de quatro anos de graduação, ainda que se reduza. A diferença da qualidade de ensino da educação básica na rede pública e na privada, como se sabe, já se evidencia na Fuvest. Registrem-se os resultados do vestibular 2018, quando tiveram início a política de cotas na USP e o estudo de desempenho. A melhor mediana foi a de brancos/escola privada (660,4), seguida de PPI privada (537). As mais baixas são de escolas públicas, sendo 464 de brancos e 424,9 de PPI. Essa diferença se reflete na graduação, especialmente no

‘Eu me identificava mais com os funcionários’, diz aluna negra

SÃO PAULO “Eu vou do lugar de menor renda per capita da Cidade Universitária para o de maior”, diz Jéssica Marcolino, 25, que mora no Crusp, o conjunto residencial da Universidade de São Paulo, e estuda na FAU, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ela entrou na USP em 2017 por meio de cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) de escolas públicas do Sisu (Sistema de Seleção Unificada, do Ministério da Educação), via Enem — cerca de 3,000 das mais de 11 mil vagas da USP são oferecidas dessa forma. Em 2018, a USP daria início ao seu programa de inclusão, via Fuvest, com o aumento gradual de cotas, até atingir, em 2021, a meta final, de 50% para estudantes de escolas públicas, sendo 37,5% dessas reservadas para PPIs — equivalente a 18,5% do total de vagas da USP.

Jéssica se forma neste semestre e diz ser a “única mais visivelmente negra de sua turma, de 150 alunos”. Homens, “há uns cinco visivelmente negros” — “visivelmente” porque o sistema de cotas considera o que a própria pessoa declara sobre a cor da sua pele.

Ela conta que sempre sentiu um distanciamento grande entre a realidade do Crusp, onde moram os estudantes de bai-



Jéssica Marcolino, 25, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Karline Xavier/Folhapress

xa renda, e da FAU, em que a maioria dos alunos ainda é branca e da elite econômica. “Sempre me identifiquei mais com os funcionários da faculdade, como os técnicos de laboratórios e os porteiros, do que com os professores e alunos”, diz. “Nos funcionários eu via rostos conhecidos, pessoas da minha classe soci-

al e eles diziam para procurá-los eu precisasse de ajuda.” A sensação de pertencimento à USP melhorou recentemente, com o surgimento de coletivos de estudantes negros, e Jéssica se tornou atuante no Malungo, da FAU. “Com esses grupos, a gente entende que não está sozinha e que não pode se isolar.”

Estudante de escolas públicas a vida toda, ela afirma que “jamais teria conseguido” uma vaga na FAU sem a política de cotas. A USP era distante da sua realidade. “Tem gente que me apresenta assim: ‘Essa é minha amiga da USP. Não se lembra nem de falar o meu nome. É como se eu fosse a própria universidade e não existis-

“Nos funcionários eu via rostos conhecidos, pessoas da minha classe social, e eles diziam para procurá-los se eu precisasse de ajuda”

Jéssica Marcolino, 25, estudante de arquitetura da USP

sem nisso contradições”, reflete. Agora, mais ao final do curso, sente-se parte da comunidade, “muito uspiana”, mas a sensação mistura orgulho com “uma carga enorme sem Meira de Belo Horizonte, filha de cuidadora de idosos e de ajudante de marcenaria, Jéssica teve dificuldades para conciliar a faculdade, em pe-

pública seja, de fato, um comprometedor no desempenho dos alunos na universidade, o vestibular seleciona os melhores, a elite de cada grupo.”

Além disso, Arretche lembra que há diversas iniciativas na USP, algumas da própria reitoria, como bolsas de estudo, e outras que surgiram espontaneamente nas faculdades, oficinas ou não, de apoio acadêmico aos alunos cotistas. Entre elas, na Poli, há um programa de reforço aos estudantes de escolas públicas, que têm um déficit significativo de matemática. Na FFLCH, alunos de pós-graduação dão aulas de reforço de leitura, interpretação de texto e redação.

Reitor da USP e professor de medicina, Carlos Gilberto Carlotti Junior afirma que a pesquisa sobre o desempenho dos estudantes comprova que “o programa de cotas acaba ao acreditar no potencial das pessoas”.

“São alunos que não tiveram uma educação da mesma qualidade que os de escolas privadas, mas têm potencial para superar essa diferença e chegar ao final da graduação com as mesmas condições.”

Arretche e Carlotti não acreditam na possibilidade de que a exigência nas aulas e nas provas tenha sido reduzida. A coordenadora da pesquisa aponta que, muitas vezes, há diferença grande de notas em cada grupo. “Há alunos cotistas particulares, brancos ou PPI, que tiram dez e os que tiram zero, da mesma forma que os de escolas públicas.”

Ela pondera que “notas nunca são perfeitas para avaliar alunos”, mas são “o instrumento mais aproximado para observar empiricamente o desempenho”. Por isso, ressalta, é importante que o estudo seja prolongado.

Há que se considerar que nem todos os cursos se encerraram em quatro anos, como direito, engenharia (cinco anos) e medicina (seis), e que é preciso ler com muita cautela os dados dos anos de ensino remoto.

Para o reitor, “não há, desde a implementação das cotas, nenhuma sinalização de queda de prestígio da USP da produção acadêmica, científica”.

“A USP precisa mostrar para a sociedade que o programa de cotas é interessante, aumenta a diversidade e qualifica ainda mais as nossas pesquisas, porque temos alunos de diversas realidades, vivências e pensamentos”, afirma.

Embora a educação básica

Leia mais na pág. B2

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Página:** 1